

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Audiência pública vai avaliar impacto da reforma tributária em SC

Comissão de Finanças promove reunião dia 31 para discutir proposta, em tramitação no Congresso Nacional, que muda ICMS e cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

Página 8

Criação de reservas extrativistas no Sul do estado acirra debate



Solon Soares

Marcada por manifestações exaltadas, audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça, debateu, dia 10, a implantação das Reservas Extrativistas (Resex) em Garopaba e Imbituba.

Na reunião, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores e pescadores alimentaram o debate. O superintendente estadual do Ibama, Américo Ribeiro, tranqüilizou a comunidade da região descartando desapropriações e proibição de atividades. O representante das colônias de pescadores de Garopaba e Imbituba, Antônio Carlos Teixeira, afirmou que 95% dos pescadores são contrários à medida.

Página 4



Eduardo Guedes de Oliveira

Sessão solene comemora 50 anos do Conselho Regional de Medicina

Proposta pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), com apoio dos deputados Jailson Lima (PT) e Serafim Venzon (PSDB), todos médicos, a cerimônia prestou homenagem, dia 12, à entidade criada em 1958. O Conselho Regional de Medicina (CRM) atua na defesa da saúde da população e dos interesses da classe médica, voltado à adoção de políticas de saúde dignas e competentes.



Eduardo Guedes de Oliveira

Bernardinho fala no programa O Brasil em Debate

Página 5

Página 3

Parlamento destaca meio século de serviços prestados pelo CRM



Eduardo Guedes de Oliveira

Código de Defesa do Consumidor completa 18 anos

Páginas 6 e 7

OPINIÃO

Carlos Kilian

Voz e Vez!

Sempre em nossas andanças pelos mais diversos municípios e também em visitas aos cidadãos do Oeste do estado, quando candidato a deputado estadual, dizia eu que, temos uma grande força em defesa da nossa região a nível nacional, que é o deputado federal Odacir Zonta, porém o nosso oeste tem pouca representatividade na Câmara Federal, e também no parlamento estadual, e por este motivo é que estávamos galgando uma vaga na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Diga-se de passagem, que os poucos que estão no parlamento o fazem bem, porém o Oeste precisa ter "voz e vez". Voz para dizer e defender o modelo catarinense da pequena propriedade rural, que é o melhor modelo de reforma agrária, distribuição de renda e geração de empregos, e que está correndo um sério risco de

desaparecer. Vez de poder atuar, lutar e se comprometer com uma região que permanece relegada a um segundo plano.

Mesmo que por apenas 60 dias o momento do Alto Uruguai e do Alto Irani ter mais representatividade na Assembléia Legislativa chegou, é pouco tempo, sabemos, mas cada minuto que estivermos aqui serão extremamente aproveitados, procurando neste período bem representar nossa gente e nossa região. Apresentando projetos, indicações, moções e proposições que busquem contemplar de alguma forma a nossa região.

Novos asfaltos construídos são necessários para o desenvolvimento do estado, mas que estes sirvam para transportar as riquezas e a esperança, e não apenas a tristeza e as mudanças, principalmente da nossa juven-

tude, que hoje padece no campo e nas pequenas cidades, devido à falta de oportunidades.

Como ponto importante de minhas ações neste período, permanecerei lutando pela instalação de uma universidade pública e gratuita estadual através de um campus da UDESC nas regiões do Alto Uruguai, Alto Irani ou Vale do Rio do Peixe. Qualquer uma destas regiões contempladas com certeza bem atenderia aos jovens das demais devido a proximidade.

Nossos amigos, eleitores e o povo catarinense podem ter a certeza que todas as nossas ações aqui neste parlamento são pautadas na seriedade e na necessidade de dias melhores para nossa gente.

Saúde e felicidade a todos!

Deputado Flavio Ragagnin (PP)

Os desafios do poder local para o Século XXI

Praticamente todos os relatórios globais sobre a situação das cidades fazem os mesmos diagnósticos. As metrópoles desenvolvidas deixarão de serem as mais populosas. Ainda assim, Nova York, Paris ou Londres, articuladas por uma rede global de circulação de informação e finanças, manterão seu poderio econômico. Outro dado importante, primeira vez na história, ano passado, a população das cidades superou a do campo na América Latina, África e Ásia. No entanto, estas metrópoles periféricas passam a concentrar não apenas população, mas também, miséria.

O crescimento explosivo da população destas cidades não veio acompanhado de investimentos em saneamento, transportes e habitação. Nas últimas décadas, cidades grandes ou de porte médio, vêm enfrentando problemas comuns às metrô-

poles ricas: poluição, congestionamentos e a violência de todo tipo. De fato, estamos diante de desafios comuns, quer moremos em Viena ou em Florianópolis.

No Brasil, a situação parece ainda mais séria devido à concentração de poder na esfera federal. Ora, é no município que o homem nasce, produz e exerce sua cidadania. Este distanciamento traduz um quadro alarmante. O município concentra grande parte dos dramas sociais. A urbe é vítima de uma acelerada degradação ambiental e falta de segurança, tendo como pano de fundo o verdadeiro apartheid social diante da concentração cada vez maior de pessoas vivendo na pobreza absoluta. Tudo isso, consequência de um sistema perverso, concentrador de renda e que estimula o consumo irresponsável e insustentável.

Em Florianópolis, o quadro não é muito diferente. Os pro-

blemas ambientais são muito particulares em função de sua condição de cidade ilha-continente. Aliás, não podemos mais negar que problemas ambientais globais estão cada vez mais nos afetando. No entanto, podemos fazer deste limão, uma limonada. Não há mais clima para um Estado tão centralizado. Devemos estar atentos para experimentar novas formas de gestão, focadas no fortalecimento do poder local, já que a população que aqui vive pode resolver localmente grande parte de seus problemas.

Poderemos reverter o quadro e manter por muito tempo a cidade boa para todos, desde que todos os problemas e as políticas públicas sejam tratados de forma integrada e sistêmica. Vale a pena pensar sobre isso, Florianópolis merece.

Deputado Professor Sérgio Grando (PPS)



Público pode conferir exposição até dia 13 de abril na Sala de Imprensa

Troféu de melhor Governo Eletrônico do Brasil em exposição

Depois de uma temporada em exposição no gabinete do governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, o troféu "1º Lugar em Excelência em Governo Eletrônico – E-Gov" – chegou à Assembléia Legislativa dia 13, onde ficará em exposição por 30 dias na Sala de Imprensa. O prêmio, em sua sexta edição, foi entregue ao Estado no Seminário Nacional sobre Tecnologia da Informação e Comunicação para Gestão Pública (Secop), realizado em outubro pelo aplicativo "Marcação de Consultas, Serviços e Regulação de Leitões Hospitalares (MCSR)", na categoria "Governo para o Cidadão".

Desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do

Estado de Santa Catarina (Ciasc) na versão Web, o MCSR concorreu com outros 55 trabalhos. Sua utilização não só aumentou a abrangência na gestão de saúde como deu agilidade ao atendimento e ao acesso aos serviços do SUS. Além disso, possibilitou a integração, em tempo real, de outros sistemas corporativos do Ciasc e outras entidades ligadas ao SUS. O "E-Gov" foi criado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), em conjunto com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e o Ministério de Planejamento.

[AGENDA]

• **17 de março, 19 horas:** Sessão Solene em homenagem aos 50 anos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC).

Locais: Plenário e Hall da Assembléia

• **18 de março, 9h30:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Audiência pública "Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças em Santa Catarina".

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **19 de março, 20 horas:** Lançamento do livro "Um privilégio de Pássaros", de Marcos Konder Reis.

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Aguiar entrega placa para o presidente do CRM/SC, Anastácio Kotzias



Deputado Jailson homenageia Walmor Zomer Garcia, único médico vivo da época da fundação

Sessão Solene destaca os 50 anos do Conselho Regional de Medicina

Parlamento presta homenagem ao meio século de serviços prestados pela entidade de classe em Santa Catarina

Rodrigo Viegas

A Assembléia Legislativa realizou, dia 12, sessão solene em homenagem aos 50 anos de fundação do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM/SC). A entidade orienta, fiscaliza e disciplina a prática médica. A solenidade foi proposta pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), com a aquiescência dos deputados Jailson Lima (PT) e Serafim Venzon (PSDB), todos médicos.

Criado em 1958, o órgão exerce papel importante na socieda-

de, atuando na defesa da saúde da população e dos interesses da classe médica, sempre voltado para a adoção de políticas de saúde dignas e competentes, que alcancem toda a sociedade.

Em seu pronunciamento, o Aguiar salientou as conquistas alcançadas pela categoria em Santa Catarina e os avanços observados desde a fundação do Conselho. "A qualificação médica alcançada no estado é uma realidade graças às iniciativas e orientações que entidades como o Conselho Regional de Medicina proporcionaram", destacou o

parlamentar. Também enalteceu os números da classe, que tem mais de 10 mil médicos em atividade em Santa Catarina.

Sem partido

O deputado Jailson Lima frisou que no Poder Legislativo "a saúde não tem partido" e salientou que um dos papéis do Parlamento também é "enaltecer o trabalho de categorias que têm atuação fundamental na sociedade". Jailson enumerou algumas lutas da classe médica e lembrou que o CRM, ao defender os inte-

resses corporativos dos médicos, empenha-se pela boa prática médica, o exercício profissional ético e uma competente formação técnica e humanista.

Durante a cerimônia foram feitas referências à primeira diretoria provisória do Conselho, onde estavam médicos como Artur Pereira Oliveira, Miguel Cavalcanti e Walmor Zomer Garcia.

Zomer Garcia foi especialmente homenageado, sendo o único membro daquele grupo ainda vivo. Segundo Garcia, "o CRM tem sido um órgão que faz

valer sua importância pela busca da excelência da classe médica". Também foi homenageado o médico Isaac Lobato Filho, membro do primeiro corpo de conselheiros eleitos em 3 de setembro de 1958, representado na sessão por Vilmar de Athayde.

Presidente do CRM/SC, Anastácio Kotzias Neto também recebeu uma placa comemorativa em nome da entidade. Para ele, "o Conselho age em benefício da sociedade na qual está inserido e atua com profunda preocupação para a melhoria dos serviços médicos".

Conferência marca Dia Internacional da Mulher

Para ampliar as perspectivas de acesso a direitos igualitários e destacar o papel e a dignidade da mulher, a Assembléia Legislativa promoveu, dia 10, a primeira "Conferência Dia Internacional da Mulher – Conquistas, Respeito e Cidadania".

Proposto pela Escola do Legislativo e com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/SC) a conferência reuniu cinco palestrantes envolvidas em movimentos ou instituições que lutam contra a agressão feminina: Nadir Esperança Azibeiro, Elizabeth Baesso, Arlete Carminatti e Maria Carolina -, que abordaram os seguintes temas: Políticas Públicas, Violência Contra a Mulher, em especial a conquista da Lei Maria da Penha, Conquistas da Mulher e

Segurança Pública.

Representando o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e na condição de presidente da Comissão de Direitos e Garantias da Assembléia Legislativa, a deputada Ada De Luca (PMDB) abriu os trabalhos saudando as mulheres pela sua dedicação e empenho na luta por direitos e igualdades.

A advogada Elizabeth Baesso destacou a conquista da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. "Com menos de dois anos, a lei vem apresentando bons resultados, porém podemos fazer muito mais para nos beneficiar dessa proteção", comentou.

Para a advogada, a Lei Maria da Penha não foi feita para punir os homens, mas para proteger as mulheres.

A construção de casas-abrigo para mulheres vítimas da violência doméstica, seja física ou moral, foi reivindicada na abertura das discussões regionais da I Jornada Catarinense Maria da Penha, em Tubarão. A reunião foi realizada no Salão Nobre da Unisul, dia 8, Dia Internacional da Mulher.

Tubarão abriu as discussões regionais da jornada estadual por ter sido uma das primeiras cidades no país a ter um juizado especial com a finalidade de atender mulheres vítimas de violência doméstica, junto com Florianópolis e Chapecó.

Além da violência doméstica, o encontro também tratou do empoderamento da mulher e do mercado de trabalho. As discussões regionais da I Jornada Catarinense Maria da Penha são promovidas pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia, presidida pela

Tubarão reivindica construção de abrigos

deputada Ada De Luca (PMDB).

Na abertura da jornada, a deputada destacou a importância de a mulher se conscientizar do seu papel no contexto social. "A mulher politizada, emancipada, empoderada, é muito mais res-

peitada", afirmou.

A jornada foi aberta oficialmente em 1º de dezembro, no Centro Multiuso de São José, com a presença de Maria da Penha, cuja história de violência sofrida no lar inspirou a lei que leva seu nome.



Tubarão abre ciclo de discussões regionais da Jornada Maria da Penha

INSTITUCIONAL

Audiência pública debate implantação de reservas extrativistas no Sul do estado

Decreto do governo federal determina instalação de área de uso sustentável em Garopaba e Imbituba

Andreza de Souza
Graziela May Pereira

Audiência pública, realizada dia 10, debateu a implantação, por decreto do governo federal, das Reservas Extrativistas (Resex) de Garopaba e Imbituba. A reunião lotou o Auditório Antonieta de Barros. As manifestações exaltaram os ânimos tanto dos que defendiam quanto dos contrários à Resex.

Deputados estaduais e federais, autoridades, prefeitos, vereadores, pescadores e familiares se manifestaram sobre o assunto, considerado importante, mas muito complexo. Proposto pelo deputado Joares Ponticelli (PP) e promovido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o encontro teve a participação das comissões de Agricultura e Política Rural, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Turismo e Meio Ambiente.

O projeto para a instalação da reserva foi apresentado pela representante do Instituto Chico Mendes, Érika Fernandes Pinto. Ela esclareceu que a reserva extrativista é uma área de uso sustentável dos recursos naturais, utilizada

por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo. Érika mostrou como acontece o processo de instalação e afirmou que as etapas das Resex de Garopaba e Imbituba foram feitas de forma lícita. "A reserva vem potencializar e fortalecer as atividades da região", disse.

Mesmo não tendo opinião contrária aos aspectos técnicos de uma Resex, o prefeito de Imbituba, José Roberto Martins (PSDB), declarou que a reserva não atende aos interesses das comunidades relacionadas. Conforme ele, os estudos que norteiam as Resex de Garopaba e Imbituba são inconsistentes e incoerentes.

"Estão querendo construir a reserva numa área que é de responsabilidade do Estado sem a sua devida autorização. Gostaria de pedir ajuda aos parlamentares para que defendessem os interesses dessas comunidades," falou José Martins.

Para o prefeito de Garopaba, Luiz Carlos da Silva (PP), atender os interesses da maioria é o seu real objetivo. "Nós queremos que todo o povo trabalhe, seja o pescador, o agricultor ou o comerciante."



Fotos: Solon Soares

Manifestações contrárias e também favoráveis ao Resex marcam reunião no Auditório Antonieta de Barros

Ibama descarta desapropriações

O superintendente estadual do Ibama, Américo Ribeiro Tunes, afirmou que não há manipulação de interesses por parte do órgão.

"Gostaria de repelir qualquer termo de manipulação. Não fizemos isso e estamos aqui democraticamente para discutir a questão. Não vai haver desapropriações pela Resex e não vai ter nenhuma proibição de atividades."

Por sua vez, representando as colônias de pescadores de Garopaba e Imbituba, Antônio Carlos Teixeira garantiu que as comunidades não querem as Resex. Segundo ele,

95% dos pescadores são contrários à instalação da reserva extrativista. "Se isso acontecer vai ter guerra e morte, porque os pescadores não aceitam em hipótese alguma a instalação da reserva."

O secretário de Desenvolvimento Sustentável, Onofre Agostini (DEM), sugeriu que fosse feito, através da CCJ, um pedido à Procuradoria Geral do Estado, para saber o que realmente determina a lei e definir quem é responsável pelas lagoas, se o Estado ou a União. Pela sugestão, o decreto ficaria temporariamente suspenso até que se obtenha uma

resposta da Procuradoria.

Como principal resultado da reunião, o proponente da audiência pública, deputado Joares Ponticelli, afirmou que vai pedir a suspensão do processo.

"Eu propus essa audiência porque recebi vários segmentos apresentando a sua preocupação. Não há como negar que a maioria esmagadora da população é contra a implantação da Resex da forma como está sendo feita. O ideal é suspender o processo para que, assim, possamos continuar conversando", observou.



Proponente da audiência, Ponticelli vai pedir suspensão do processo

Comissão de Turismo ouve coordenador

O coordenador geral das Reservas Extrativistas (Resex), Alexandre Cordeiro, participou da reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, dia 12, para prestar esclarecimentos sobre a implantação das reservas em Garopaba e Imbituba. A reunião foi pedida pelo movimento que está reivindicando a criação das áreas nos municípios, num esforço para preservar o meio ambiente, a pesca artesanal e a comunidade onde vivem.

Os primeiros passos para a criação desta Resex começaram em 2005. A partir daí, diversas reuniões foram realizadas para adequar a

área aos interesses da comunidade. Para Alexandre, "o debate é importante porque delimita uma área de proteção e torna-se fundamental para seu sucesso".

A participação da sociedade na consolidação deste projeto, segundo ele, deixa o processo menos conflituoso, já que conta com apoio da legislação ambiental brasileira, uma das mais modernas do mundo. Conforme revelou, o processo para está chegando ao fim. "Passamos por uma série de consultas e oitivas e estamos na fase de ajuste dos limites propostos pelos participantes", acrescentou.

O deputado Edison Andrino (PMDB) sugeriu que mais reuniões sejam realizadas com a participação dos prefeitos e responsáveis pelo setor de urbanismo e meio ambiente dos dois municípios. Além disso, fez um apelo de que esclarecimentos sejam feitos à população sobre as consequências da implantação das reservas em municípios que têm o turismo como fonte de arrecadação. "As informações não estão sendo colocadas de forma clara. Queremos saber como ficará a constituição de novos estabelecimentos depois da formação da Resex", falou.

Técnicos analisam propostas da sociedade

A Reserva Extrativista é a única categoria de proteção originalmente brasileira. As outras formas, entre elas os parques e áreas de preservação permanente, são uma cópia de ações anglo-americanas. Pela Resex, os domínios que determinam a área de pesca artesanal vão até as faixas de oceano e as áreas das lagoas, portanto, não alcançam os terrenos da municipalidade.

Ao longo do processo, cinco pontos foram apresentados pela sociedade e estão sendo analisados

pelos técnicos. Porém, o coordenador já salientou que dois deles ficarão de fora no ato da implantação, mas poderão ser incorporados em um segundo momento: a solicitação da Associação de Pescadores de Garopaba para que a Resex estendesse seus limites mais ao Norte e a exclusão das áreas da ribanceira, onde aparecem as baleias.

A área denominada "Banhado da Palhocinha" foi excluída da reserva depois de comprovar a descaracterização daquela área.

INSTITUCIONAL

Miriam Zomer



Com trajetória marcada por inúmeras conquistas no vôlei brasileiro, técnico Bernardinho afirma que mais importante para atingir o sucesso é a vontade de se preparar para ele

Bernardino revela fórmula do sucesso no programa O Brasil em Debate

Técnico da Seleção Brasileira de Vôlei abre edição 2008, afirmando que busca pela excelência deve ser constante e que obstinação por bons resultados é a sua marca pessoal

Evelise Nunes

O técnico da Seleção Brasileira de Vôlei Masculino, Bernardino, abriu a edição 2008 do Programa Brasil em Debate, dia 10, no auditório Antonieta de Barros. Ícone de perseverança, o ex-jogador proferiu a palestra "A Busca da Excelência", focando no trabalho em equipe, disciplina, comprometimento, planejamento, paixão, estratégia, liderança, metas, motivação, sucesso, superação, entre outros.

Dono de um currículo repleto de vitórias e acostumado a preparar os atletas de ouro da seleção, Bernardino percebeu que também poderia motivar profissionais de outras áreas fora das quadras. Dessa forma, passou a articular suas idéias e experiências pessoais e profissionais na palestra que apresenta por todo o país. Para ele, a busca da excelência é meta constante. E foi com a mesma garra e determinação – características que o fizeram símbolo de liderança no Brasil – que o técnico direcionou

suas palavras para um auditório lotado.

Bernardino afirma que o mais importante para se alcançar o sucesso é a vontade de se preparar para ele e a dedicação que se reserva à trajetória. Para o ex-atleta, a frase do técnico de tênis norte-americano Bob Knight "a vontade de se preparar tem que ser maior do que a vontade de vencer" justifica e é inspiradora. Acredita que apenas talento não faz um vencedor, mas a soma deste com determinação. Ele mesmo admite que se transformou num grande técnico mais por obstinação do que por aptidão.

Ingredientes

Quando o tema é trabalho em equipe, Bernardino defende que todos os integrantes têm que se ver como um time onde o bom desempenho do conjunto depende da atitude individual integrada ao objetivo geral. "Trabalhar em equipe exige solidariedade, objetivos comuns e controle dos egos", afirma. Outro ponto deci-

sivo para um excelente trabalho em equipe é a confiança. Como exemplo, o técnico cita seus famosos gritos e broncas durante os jogos. A atitude é justificada (e perdoada) por existir uma relação de confiança mútua entre o técnico e os atletas. "Se houver dúvida na intenção, não há mais espaço para a confiança", revela.

O treinador de profissionais vitoriosos chegou ao Parlamento acompanhado pela mulher, a também atleta Fernanda Venturini, onde deu entrevista exclusiva para a TVAL. O casal foi recebido pelo presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon e pelo deputado Antonio Aguiar (PMDB).

Durante o bate-papo, o técnico revelou sua preocupação com o futuro dos atletas de vôlei que hoje vivem uma "futebolização". Ele acredita que hoje o atleta é visto apenas como uma fonte de renda, atitude que acaba por prejudicar os estudos do jogador. Na palestra, o filho Bruno Mossa Rezende – o Bruninho da seleção – também se juntou à platéia.

Perfil de quem sabe vencer

Bernardo Rocha de Rezende recebeu o apelido Bernardino quando integrava a Seleção Brasileira de Vôlei Masculino de 1979 a 1986. Nesse período, conquistou a medalha de bronze na Copa do Mundo de 1981 e as medalhas de prata no Campeonato Mundial de 1982 e nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (EUA), em 1984. Abandonou as quadras em 1988 e se tornou assistente-técnico.

Assumiu o comando da Seleção Feminina de 1994 a 2000, conquistando a medalha de bronze dos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996 e títulos no Grand Prix. Levou o ouro pelo Sul-Americano em 1997 e 1998. Ainda em 1998, ganhou o bronze na Copa dos Campeões. O ouro veio novamente, em

1999, nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg (Canadá). No mesmo ano, conquistou a prata no Grand Prix, o terceiro ouro consecutivo pelo Sul-Americano e a prata pela Copa do Mundo. Despediu-se das meninas em 2000, quando levou o bronze nas Olimpíadas de Sidney (Austrália).

Em 2001, passou a liderar a Seleção Masculina. Ganhou a Liga Mundial e o Sul-Americano em 2001 e 2003. Em 2002, levou o vice-campeonato da Liga e a medalha de ouro inédita do Campeonato Mundial. Em 2004, levou o ouro nas Olimpíadas de Atenas (Grécia).

Bernardino é ainda autor dos livros "Transformando suor em ouro" e "Cartas a um jovem atleta". (Denise Arruda Bortolon)

Código do Consumidor atinge maioria

Lei de setembro de 1990 é marco na economia brasileira introduzindo normas que equilibraram relações e melhoraram a qualidade de vida do brasileiro

Rose Mary Paz Padilha

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) completa este ano a "maioridade". Considerada uma das legislações mais avançadas do mundo, ele representa um divisor de águas nas relações de consumo no país.

De maneira geral, operadores de Direito, consumidores e comerciantes vêem no CDC uma conquista para todos os cidadãos, regulando e equilibrando as relações de consumo.

Ao tratar os desiguais de maneira desigual, ou seja, considerando o consumidor como o pólo hipossuficiente, aquele que entra na relação em desvantagem, seja técnica ou financeira, e que por tal condição, merece proteção da lei, o código

se revelou uma legislação além do seu tempo.

A lei federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. Por consumidor entende-se, legalmente, toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Entre os direitos básicos do consumidor estão a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; e a efetiva

prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais e coletivos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que fosse elaborado o código. Segundo juristas, na parte que trata da responsabilidade por acidentes de consumo, os nossos legisladores se inspiraram na doutrina europeia. A diferença foi que a Europa se responsabilizou pelos produtos e limites indenizatórios. Já no Brasil, foram responsabilizados os danos causados por produtos e serviços, sem limite indenizatório.

Isto se deve ao fato do país ter 70% do seu PIB (Produto Interno Bruto) no setor de serviços. Uma das maiores conquistas foi o Supremo Tribunal de Federal (STF) ter reconhecido que também se aplica o CDC às instituições financeiras.

SC precisa atualizar a legislação

Para marcar o Dia Internacional do Consumidor, comemorado no dia 15, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher promoveu, dia 13, no Plenarinho, audiência pública que discutiu as políticas públicas para a defesa do consumidor em

Santa Catarina.

Na audiência, coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor do Ministério Público de Santa Catarina, o promotor de Justiça, Fábio de Souza Trajano, titular da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, destacou que Santa Catarina

não atualizou a legislação após o advento do CDC e pediu empenho da Assembléia para isso. Na reunião, foram destacadas as práticas abusivas de empresas de cobrança. Participaram do encontro também Inmetro, Procon, Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura.



De 1990 pra cá, relações no comércio evoluíram, tornando o cidadão mais informado de seus direitos e exigindo qualidade na prestação do serviço



Entre os direitos básicos do consumidor, estão a proteção da vida, saúde e segurança

Procon, canal para reclamar

Em todo o Brasil, é na Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) que funcionam os órgãos de defesa do consumidor, que podem ser municipais ou estaduais. Eles atuam como apoio para o consumidor quando os direitos dele são violados.

A função do Procon não é ser um órgão cego, que credita razão exclusiva ao consumidor supostamente lesado, mas que possibilita ampla defesa das partes envolvidas. Ao longo dos anos, o Código equilibrou a relação de consumo, estabelecendo nova forma de julgar. Antes da regulamentação da lei, a relação de consumo era regida pelo Código Civil, que disciplinava as questões da época. Pelo Código civil, dificilmente um juiz interferia, por exemplo, no conteúdo de um contrato para mudar uma cláusula. Com o Código de Defesa do Consumidor, foram introduzidas regras para o controle de inclusão e do conteúdo das cláusulas nos contratos de adesão.



Eduardo Guedes de Oliveira

Algumas dicas na hora da compra

*** Nota fiscal** – Exija sempre a nota fiscal e guarde-a. Ela é a prova do lugar e da data que você comprou o produto, caso apresente algum defeito;

*** Produto com defeito** – O consumidor tem direito de escolher se quer trocar o produto, receber o dinheiro de volta ou pedir abatimento no valor pago;

*** Compra de alimentos** – Verifique a data de validade e se o produto está armazenado adequadamente. Não compre produtos que estiverem com a embalagem aberta; no caso de enlatados, preste atenção para que não estejam amassados e nem enferrujados;

*** Publicidade enganosa** – Exija que o produto que você for comprar seja exatamente igual ao anunciado na publicidade, inclusive o preço;

*** Compras a distância** – Quando for comprar pela Internet, telefone ou Correios verifique se o fornecedor é conhecido. É bom observar também a variedade das formas de pagamento – quanto mais, melhor. Essa é uma forma de garantir retorno, caso ocorra algum problema;

*** Corte no fornecimento de água** – A empresa fornecedora não poderá efetuar o corte tão logo se verifique o não pagamento do débito. O consumidor tem o direito de ser informado de forma clara e precisa que está sujeito ao corte. É importante lembrar que a conta de água está vinculada ao proprietário do imóvel. No caso de imóvel alugado, se o inquilino não pagar a conta o débito será cobrado do proprietário;

“As pessoas estão mais conscientes de seus direitos”

Promotor destaca que CDC continua sendo uma das legislações mais avançadas sobre consumo no mundo

O promotor de Justiça, Fábio de Souza Trajano, titular da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, em entrevista exclusiva ao AL Notícias fez um balanço desses 18 anos de Código de Defesa do Consumidor, destacando os avanços conquistados pela sociedade



Trajan diz que proteção ao consumidor rejeita mudanças no Código

AL Notícias - Quando surgiu, o Código de Defesa do Consumidor recebeu muitas críticas, sob a alegação de que era muito distante da realidade brasileira. O Brasil, desses 18 anos de vigência do Código, mudou na relação de consumo?

Trajan - Com certeza. A realidade hoje é muito melhor do que antes do advento do Código de Defesa do Consumidor. Hoje o consumidor é muito mais consciente de seus direitos. Tem à sua disposição uma legislação considerada uma das mais avançadas do mundo. O CDC incorporou noções muito modernas para a época, como, por exemplo, possibilitar que um contrato possa ser revisto se violar uma regra do Código, ou exigir do fornecedor um agir honesto, leal, sem a utilização de qualquer artifício que possa induzir o consumidor em erro. A evolução nas relações de consumo é constante. Ano após ano a consolidação do Código se materializa. Indispensável, todavia, que o Estado dê mais atenção à política estadual de defesa do consumidor, modernizando sua legislação e instrumentalizando o Procon/SC com um maior número de servidores, para que possa se dedicar a sua missão principal, qual seja, coordenar o política estadual de defesa do consumidor. Necessário, também, dar mais atenção à educação para o consumo, educando nossas crianças para um consumo mais consciente e dando noções dos seus direitos básicos de consumidores.

AL Notícias - Qual sua avaliação do Código nesses 18 anos? Ele precisa ser aperfeiçoado?

Ele envelheceu?

Trajan - Muito pelo contrário. O Código se mostra cada vez mais moderno. É senso comum entre os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor que qualquer modificação no Código de Defesa do Consumidor não é bem-vinda. Temos que lutar por sua implementação de forma mais efetiva. Pensar em alternativas para diminuir o fosso que, em muitos setores, ainda existe entre o direitos dos consumidores e a prática do dia a dia. E a Assembléia legislativa tem papel fundamental nesse contexto, exercendo sua competência constitucional para legislar sobre consumo e provocando as autoridades constituídas para dispensarem maior atenção à implementação das políticas estadual e municipais de defesa do consumidor.

AL Notícias - O Código aperfeiçoou a relação de consumo em Santa Catarina?

Trajan - Não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, percebe-se uma evolução nas relações de consumo. O consumidor é mais respeitado. O aumento de números de serviços de atendimento ao consumidor (SACs) das empresas é um indicativo que o consumidor, o elo fraco das relações de consumo, é mais ouvido. Muitos consumidores que tiveram algum problema com o fornecedor puderam resolvê-lo procurando

do diretamente o fornecedor, um órgão de defesa do consumidor ou o Poder Judiciário. Claro que há muitos abusos ainda sendo praticados. Um deles, por exemplo, é a grande dificuldade que o consumidor tem para cancelar um contrato. Vale destacar que o governo federal, com muita propriedade, pretende regulamentar os Serviços de Atendimento ao Consumidor por telefone, conforme consulta pública que está em andamento.

AL Notícias - Os pólos da relação consumidor/fornecedor estão mais conscientes dos seus direitos e deveres?

Trajan - Não há dúvida que consumidores e fornecedores estão mais informados de seus direitos e deveres. Mas este, nos parece, continua sendo um dos maiores desafios para implementação mais efetiva do Código de Defesa do Consumidor. Um cidadão mais consciente de seus direitos se preocupa não só com a resolução dos seus problemas individuais. Pensa na coletividade. Por exemplo, provocando discussão e conscientizando as autoridades da importância de um órgão municipal de defesa do consumidor adequadamente instalado, com as condições materiais e humanas para a prestação de um serviço adequado. Outra alternativa é integrar uma associação de defesa do consumidor. Enfim, auxiliar para que este processo de mudança cultural ocorra de forma mais acelerada.

COMISSÕES

Reforma tributária será discutida em audiência pública

Reunião agendada para o dia 31 vai avaliar impacto em Santa Catarina da proposta que tramita na Câmara dos Deputados

Scheila Dziedzic

A nova proposta de reforma tributária do governo federal (PEC 233/08), em tramitação na Câmara dos Deputados, será discutida com entidades representativas de diversos setores da economia, sociedade civil e representantes do governo do estado. O debate sobre as necessidades e impactos desta proposta federal em relação à realidade de Santa Catarina será realizado no dia 31 de março, às 14 horas.

A reunião foi requerida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB) e aprovada dia 12 na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). A intenção é, a partir das posições que surgirem na audiência pública, encaminhar ao Congresso Nacional um documento sobre as necessidades catarinenses em relação à reforma.

Apesar da expectativa que cerca a discussão, trata-se de uma proposta de médio prazo, com

regras que passam a vigorar no sistema federal dois anos após a aprovação da PEC e oito anos no âmbito estadual. Durante esse período, regras de transição serão impostas para que a modificação ocorra progressivamente.

A proposta enviada pelo governo federal no final de fevereiro à Câmara tem 14 páginas e altera vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. Inclui dois pontos fundamentais que vinham sendo prometidos pelo governo durante a elaboração da proposta: a simplificação dos impostos federais e a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, por um novo imposto com regra nacional. Surgiria, assim, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal e um novo ICMS.

IVA-Federal

Será a junção das contribuições sociais pagas à União. A



Eduardo Guedes de Oliveira

Finanças aprova encontro que deve culminar com elaboração de documento a ser enviado ao Congresso Nacional

contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), a Confis e a Cide, que incidem sobre as receitas de empresas, serão cobradas de uma única vez. Por outro lado, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica vai incorporar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI), principal imposto federal, não será incorporado.

Novo ICMS

A principal mudança proposta é a cobrança do imposto no estado de destino das mercadorias,

o que inviabiliza a chamada "guerra fiscal" entre os estados. Para balancear eventuais perdas de receita, será feita uma câmara de compensação com a criação do Fundo de Equalização de Receitas. Com ele, o governo federal espera garantir que nenhum estado sofra perdas.

Deputados cobram calendário do Iprev

Os parlamentares retomaram a discussão sobre projeto de lei complementar que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev), na reunião do dia 11, da Comissão de Constituição e Justiça. O relator da matéria, deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo na Casa, foi questionado pelo deputado Joares Ponticelli (PP) quanto às datas das audiências e a forma do debate.

Nadal informou que está acertando os detalhes finais sobre o calendário das audiências com os demais órgãos do Executivo e entidades representativas, para contar com participação de todos. O peemedebista anunciou que irá discutir antecipadamente o calendário em uma reunião de líderes e com os membros da Mesa.

Após a definição das datas em que serão realizadas as audiências, alguns parlamentares sugeriram que, a exemplo do orçamento regionalizado, haja uma paralisação nas atividades plenárias no período. A intenção é que todos os deputados tenham disponibilidade de participar dos



Alberto Neves

Comitiva de professoras aposentadas participa da reunião da CCJ

encontros.

O deputado petista Pedro Uczai pediu a participação à mesa de debates de representantes dos servidores públicos. Ele cobrou, em nome de seu colega de bancada Décio Góes, o envio pelo governo do estado do cálculo atuarial que incidirá sobre o projeto. Trata-se da projeção entre a entrada de receitas e a saída de despesas do Iprev.

Professores

Uma comitiva de professoras aposentadas fez um apelo aos

deputados para que seja levado ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) pedido de atenção especial aos aposentados no processo de criação do Iprev. Elas temem, principalmente, a perda de paridade com os servidores da ativa.

A presidente da Associação dos Professores Aposentados, Jessi Helena Oliveira, destacou o rombo na previdência que desafia o governo. "Mas isso não é culpa dos aposentados. Estão tentando nos apontar como a pedra no sapato do governo. Já demos nossa contribuição", disse.

Secretaria Estadual da Saúde apresenta relatório trimestral do SUS

Em audiência pública, a Secretaria de Estado da Saúde prestou contas, dia 11, do quarto trimestre de 2007, na Assembleia Legislativa. O relatório sintetizou receitas, despesas, investimentos e ações realizadas na área da saúde estadual. A reunião realizada no âmbito da Comissão de Saúde cumpre uma exigência legal.

A diretora-geral da secretaria, Carmen Zanotto, apresentou a parte orçamentária e, segundo explicou, a receita de 2007 foi de aproximadamente R\$ 745 milhões. Deste total, 50% foram destinados para o pagamento da folha de pessoal e os outros 50% para investimentos e custeio dos materiais. Dados sobre projetos para convênios e seus valores, medicamentos adquiridos por ações judiciais, investimentos em produção ambulatorial e hospitalar também foram expostos pela diretora.

Na ocasião, a diretora de Assistência Farmacêutica, Maria Teresa Bertoldi Agostini, a diretora de Vigilância Sanitária, Raquel Ribeiro Bittencourt, o diretor de Vigilância Epidemiológica, Luiz Antônio Silva, e o diretor do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen), João Daniel Filho, também fizeram exposições referentes às suas áreas de atuação.

Presentes na audiência, a deputada Odete de Jesus (PRB) e o deputado Serafim Venzon (PSDB) ponderaram sobre o eficiente trabalho da equipe da Secretaria Estadual da Saúde. "Toda a equipe tem realizado um esforço concentrado", disse Odete. Venzon acrescentou que as ações do Executivo estadual visam a melhoria da saúde da população catarinense. "Temos que buscar o contentamento do cidadão e vejo esse empenho nesta secretaria", concluiu.

Comissão de Transportes tenta pôr fim a impasse em torno da SC-401

Audiência discute indenização a ser paga pelo governo do estado por ter rescindido contrato com Engepasa



Eduardo Guedes de Oliveira

Na reunião, deputados pedem que seja feito um levantamento atualizado da indenização a ser paga à empresa

Procurador admite possibilidade de acordo

O procurador-geral do Estado, Sadi Lima, informou que o processo está no Superior Tribunal Federal. "Se existir alguma sugestão da empresa que venha atender a proposta do governo, há possibilidade legal do Executivo firmar um acordo sem o processo ir a julgamento."

Segundo ele, os cálculos ainda não foram efetuados, e caso corra uma decisão negativa, ocasionando a aplicação da sentença, o cálculo será feito por técnicos usando um levantamento das prestações de contas da obra na época.

Na audiência, Theophanes,

do Deinfra, admitiu que o Estado entende que precisa pagar a indenização, porém defende que o valor a ser pago corresponda exatamente ao que realmente foi investido na época. Os deputados presentes à audiência pediram um levantamento do valor.

Tatiani Magalhães

O impasse que se estende por mais de 10 anos entre o governo do Estado e a empresa Engepasa, responsável pela obra de duplicação da SC-401, foi tema de audiência pública, realizada dia 11 pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa. Conduzida pelo presidente da comissão, deputado Reno Caramori (PP), a audiência contou com a presença do procurador-geral do Estado, Sadi Lima, do diretor do Deinfra, Romualdo Theophanes, e do representante do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), José Antonio Filho.

A questão central da discussão é o valor da indenização a ser pago pelo governo do estado à Engepasa em função da rescisão do contrato firmado.

Preocupado com a situação, Reno declarou que a indenização pode chegar ao valor de R\$ 1 bilhão, de acordo com os depoimentos do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) à mídia catarinense. "Esse é um valor muito alto e precisa ser avaliado", comentou.

De acordo com o presidente

da comissão, a proposta de encontro foi prestar alguns esclarecimentos à sociedade catarinense que, diariamente, acompanha as notícias publicadas na mídia sobre o caso.

Liminar

O parlamentar acrescentou que o acordo entre governo e Engepasa previa a obra de duplicação e a instalação da primeira praça de pedágio da Capital. Porém, com a quebra do contrato, um trecho da duplicação – de Ratonos a Canasvieiras – ficou sem ser feito.

Em setembro de 2003, o juiz Domingos Paludo concedeu liminar impedindo a cobrança de pedágio. A praça de pedágio chegou a ser construída, mas a cobrança nunca ocorreu. Com a novela, a praça que nunca foi ativada acabou se transformando em armadilha para motoristas, ocasionando inúmeros acidentes. Com isso, parte da estrutura já foi demolida. "Diante desses fatos acredito que o Estado deve pagar a indenização, porém o valor realmente investido, e não um valor estimado com base na arrecadação projetada pela empresa com a cobrança do pedágio."

Deputados voltam a atacar proibição de bebida

A Medida Provisória 145, sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais, voltou a ser atacada pelos parlamentares. De acordo com o deputado Romildo Titon (PMDB), mesmo a MP tendo aplicação restrita às rodovias federais, a Rota dos Vinhos, situada na SC-303, que passa em Ibiá, Tangará, Pinheiro Preto e Videira, no Meio-Oeste, também foi atingida pela medida e os produtores estão fechando os postos de vendas.

Além da MP 145, no âmbito estadual há a Lei nº 14.322, aprovada no fim do ano passado. De autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), ela foi sancionada pelo governador no dia 15 de janeiro deste ano, data em que entrou em vigor, portanto antes da medida federal, que vale desde o dia 1º de fevereiro.

Na sessão ordinária do dia 11, Titon explicou que a rota virou turística com a expansão da produção de vinho e que muitos ônibus passam pela rodovia com a intenção de comprar vinhos para levar para suas cidades. Entretanto, com a sanção da medida os postos de venda tiveram que fechar as portas.

Titon mencionou a situação dos centros comunitários muito comuns no interior do estado. "As comunidades estão preocupadas porque terão que fazer as festas sem poder vender bebidas alcoólicas, já que grande parte delas estão localizadas nas margens das rodovias", explicou.

O deputado Reno Caramori (PP) recebeu moção do presidente do Sindicato dos Produtores de Vinho, Celso



Carlos Killian

Deputados Reno e Titon temem prejuízos à cadeia produtiva

Panceri, tratando deste assunto. Segundo ele, o estado é um dos melhores produtores de vinhos finos do Sul do país. "A MP afeta toda a cadeia produtiva, começando pelos produtores,

passando pelos comerciantes e chegando até os consumidores. Bebe quem quer e quem quer vai até o centro da cidade e compra uma garrafa", acredita Caramori.

Fórum Permanente para estradas

Para fiscalizar a conservação e segurança das rodovias estaduais e federais de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa instalou, dia 12, o Fórum Permanente para debater a recuperação, a sinalização, entre outros aspectos, das estradas.

O pedido partiu do líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, sendo acolhido em Plenário. Santa Catarina ocupa o segundo lugar no ranking nacional de acidentes de trânsito.

Os deputados Sargento Amauri Soares (PDT), Manoel Mota (PMDB), Reno Caramori (PP), Pedro Uczai (PT), Narcizo Parisotto (PTB), Odete de Jesus (PRB), Jean Kuhlmann (DEM) e Professor Sérgio Grandó (PPS) farão parte do fórum. A presidência ficará a cargo do proponente.

GERAL

Santa Catarina vai ter política de prevenção à violência nas escolas

Projeto aprovado em Plenário prevê proteção ao professor ameaçado ou agredido e medidas cautelares

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Professor Grando, autor da proposta, prevê atividades extracurriculares

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 355/07 na sessão de terça-feira, dia 11, o Executivo estadual poderá criar uma Política de Prevenção à Violência contra Educadores nas Redes de Ensino Fundamental e Ensino Médio. O projeto, iniciativa do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), tem como finalidade estimular a reflexão nas escolas e comunidades acerca da violência contra os educadores em geral. Entre outros itens, a lei prevê a proteção do professor ameaçado ou agredido e medidas preventivas e cautelares.

O parlamentar previu na matéria o desenvolvimento de atividades extracurriculares nas escolas, reunindo educadores, alunos e comunidade, a implantação de me-

didias preventivas e cautelares em situações em que os educadores estejam sob risco de violência e comprometimento de sua integridade física, debates para reflexão sobre a violência contra os educadores com profissionais de educação, Conselhos de Segurança (Consegs), entidades comunitárias e outras interessadas, sob a coordenação da respectiva Gerência de Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Como medidas preventivas e cautelares, a lei prevê o afastamento do educador em situação de risco, enquanto perdurar a potencial ameaça e sem qualquer perda financeira, transferência do educador para outra escola, caso seja avaliada a necessidade, e as-

sistência ao profissional que sofrer ameaças, bem como ao aluno infrator.

Esta Política de Prevenção à Violência contra Educadores deverá contar com o apoio de instituições públicas voltadas ao estudo e combate à violência. Segundo explica o deputado na justificativa da lei, a escola e os professores estão sofrendo com ações de agressões físicas e verbais, vandalismo e depredação, afetando também o papel exercido pela escola e seu caráter transformador. "Muitas das ações intimidam os educadores e, na raiz do problema, está a expansão das gangues no meio estudantil, especialmente por motivos relacionados ao uso e tráfico de drogas", esclarece Professor Grando.

Agricultura terá reunião com Conama

A Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou, dia 12, uma audiência pública para debater o rastreamento, a identificação e a certificação dos rebanhos catarinenses. A data ainda não está estipulada.

Na reunião, foi divulgado um ofício do Ministério da Agricultura informando sobre o envio de mais de R\$ 8 milhões para intensificação do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal em Santa Catarina. O documentno prevê também para este ano reunião da comissão com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) sobre a lei que cria os campos de altitude, limitando a instalação de áreas produtivas acima de 1.600 metros de altitude.

Essa discussão sobre o Grupo de Trabalho Campos de Altitude, informa o presidente da comissão, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), partiu de um pedido do deputado Elizeu Mattos (PMDB) e também de ofício enviado a ele pelo procurador da República, Nazareno Jorge Wolff. O procurador informa que o Ministério Público Federal está preocupado "quanto à situação de convulsão social que está se instalando na serra catarinense" devido ao anúncio da Resolução do Conama.

Parlamento autoriza parcerias para atividade laboral a detentos

O Parlamento autorizou o Executivo a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a realização de atividade laboral pelos detentos do sistema prisional de Santa Catarina. O Projeto de Lei nº 451/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), foi aprovado em Plenário dia 12. Segundo a matéria, para que a atividade realizada pelo detento seja remunerada deverão ser levados em conta o nível de instrução, a formação profissional e a aptidão e capacidade individual.

As empresas serão beneficiadas com a redução de ICMS. Para isso, terão que fabricar, reparar ou prover a manutenção de bens do trabalho prisional, seja no interior do presídio ou em trabalho fora dele. A parceria deverá ser feita

por intermédio de um convênio com o Estado.

Além da remuneração, a atividade também tem a finalidade educativa e produtiva, além de dar dignidade e dever social.

A remuneração servirá para indenizar os danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; assistência à família; pequenas despesas pessoais; ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

A parte restante será depositada em uma caderneta de poupança, que será entregue ao condenado após cumprir a sua pena.

Capacete proibido nos bancos

Com o objetivo de inibir atos ilícitos praticados por motociclistas que usam o capacete para dificultar sua identificação, quando da prática de assaltos em bancos e no comércio em geral, foi aprovado, dia 12, o Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do deputado Genésio Goulart (PMDB). Após a sanção governamental, ficará proibida a entrada de pessoas em estabelecimentos comerciais,

repartições públicas e agências bancárias, entre outras, usando capacete ou qualquer outro tipo de objeto que dificulte a identificação.

A matéria também exige que o usuário retire o capacete ao parar o veículo para o abastecimento. Se ele se recusar a retirar não será atendido e a polícia poderá ser acionada. Os comerciantes deverão fixar cartazes informando a medida.

Uczai assume a liderança da bancada petista



Deputado Pedro Uczai sucede Padre Pedro Baldissera no comando

O deputado Pedro Uczai é o novo líder da bancada petista na Assembléia Legislativa. A decisão consensual foi tomada dia 11 durante almoço dos parlamentares.

Em pronunciamento na tribuna, Uczai agradeceu a confiança dos colegas de partido e elogiou o trabalho realizado pelo deputado Padre Pedro Baldissera, seu antecessor na condução da bancada.

O novo líder revelou que buscará o consenso e a tomada de decisões coletivas, práticas que caracterizam o modo petista de legislar. Ex-presidente do partido, Uczai acumula a experiência de ter sido líder da bancada petista em 1998, vice-líder em 1997 e 2º vice-presidente da Assembléia Legislativa no período 1999/2000.

Pedro Uczai define como princi-

pais atribuições da liderança a defesa do governo Lula, o trabalho conjunto com os movimentos sociais, que representam as demandas da sociedade, e o fortalecimento dos mandatos parlamentares, cada um com suas especificidades.

"É tarefa do líder distribuir as demandas que surgem de acordo com a bandeira de atuação de cada deputado. Isso fortalece o coletivo porque dessa forma podemos atuar em várias frentes e preservar as características individuais de cada mandato", explica.

Uczai passa a ser o representante da bancada na Executiva do partido e revela que pretende fortalecer o relacionamento da bancada com as instâncias partidárias e com a militância petista em Santa Catarina.

PLENÁRIO

Centrais Sindicais reivindicam redução da jornada de trabalho

Representantes das centrais sindicais ocuparam a tribuna, na sessão do dia 12, para registrar o lançamento nacional da campanha pela redução da jornada de trabalho. Na ocasião foi entregue ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), documento com a proposta.

Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e da Força Sindical tiveram espaço na tribuna para registrar suas reivindicações. A principal delas, a diminuição da carga horária de 44 horas para 40, "o que resultaria em aumento de dois milhões de novos postos de trabalho", segundo Neodir Giachini, presidente da CUT-SC.

Raquel Guisoni, da CTB, lembrou que esta é uma luta histórica dos movimentos sindicais na busca por alcançar melhores condições de trabalho. Ela salientou a impor-



Presidente Julio Garcia recebe documento com a proposta nacional

tância de a diminuição da jornada não prejudicar os direitos adquiridos pelos trabalhadores, principalmente a não redução do salário.

Já Viviane Bertoldi, da UGT, lembrou que as mulheres são as que mais sofrem com a jornada diária de oito horas, enquanto que Osvaldo Mafra, da Força Sindical,

pediu apoio e união a todas as centrais sindicais.

A manifestação recebeu apoio da bancada do PT (deputados Dirceu Dresch, Pedro Baldissera, Pedro Uczai, Jailson Lima, Décio Góes e deputada Ana Paula Lima) e dos deputados Sargento Soares (PDT) e Serafim Venzon (PSDB).

ACTs podem ter Previdência estadual

O grupo gestor instituído pelo governo estadual para apresentar uma política de progresso profissional por qualificação criando mecanismos compensatórios para os professores aposentados vai apresentar seu relatório em 30 dias. A iniciativa é mérito também de representantes do Parlamento estadual, que fizeram um apelo ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em prol dos professores. Como resultado da mobilização, há possibilidade de ser estendida a previdência social do Estado para os Admitidos em Caráter Temporário (ACTs).

O pedido de atenção especial às reivindicações do magistério partiu da deputada Odete de Jesus (PRB) que, em contato com o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), fez um

apelo para que intercedesse junto ao governador. A parlamentar pediu que os dias de greve não sejam descontados e que o governo não ingresse na Justiça alegando a ilegalidade da paralisação que ocorre em todo o estado. Odete não quer retaliações e sugere um acordo que beneficie todas as partes envolvidas.

Medidas

O deputado Herneus, que participou junto com o governador Luiz Henrique e com o secretário da Educação, Paulo Bauer, do lançamento dia 12, do Prêmio Educar, afirmou que a classe dos educadores estão vendo suas reivindicações atendidas. Uma delas é estender benefícios aos ACTs, que junto com os profes-

sores que estão na ativa somam 40 mil servidores.

O Prêmio Educar foi instituído pelo Executivo através de Medida Provisória, e segundo o parlamentar, é um incentivo financeiro mensal que passa a ser concedido a partir da folha de pagamento de março aos servidores da Educação que trabalham 40 horas semanais em sala de aula, no valor de R\$ 100. A partir de agosto, o valor será de R\$ 200 que, da mesma forma, serão pagos todos os meses.

Conforme esclareceu o líder do governo, optou-se pela Medida Provisória com a concordância dos líderes de bancada no Legislativo, assegurando, dessa forma, a incorporação imediata do prêmio à folha, sem depender de prazos.

Convênio no ensino superior

O convênio assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), na segunda-feira, 10, no valor de R\$ 36 milhões, para beneficiar aproximadamente 16 mil estudantes carentes matriculados no ensino superior em Santa Catarina repercutiu em Plenário. Satisfeitos com a iniciativa, alguns parlamentares como líder do PMDB, deputado Manoel Mota, o líder do governo na Casa, Herneus de Nadal (PMDB), e o líder do PSDB, deputado Mar-

cos Vieira, se manifestaram na tribuna.

O Programa de Bolsas de Estudos e Pesquisas, garantido através do artigo 170 da Constituição Estadual, vai atender alunos das 13 instituições do Sistema Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e 40 instituições particulares ligadas à Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc).

Vigília

A deputada Odete de Jesus (PRB) e o deputado Edison Andriano (PMB) foram os escolhidos por representantes do Sintespe para tentar intervir junto ao governo do estado no sentido de evitar a criação dos fundos Previdenciário e Financeiro para os servidores públicos. Todas as quintas-feiras os servidores têm mantido uma vigília na Assembléia como forma de marcar posição contra o Projeto de Lei Complementar nº 50/07, que cria os fundos.

[GABINETES]

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE RIO DO SUL

Uma sessão solene será realizada pelo Parlamento catarinense em Rio do Sul, por solicitação do deputado Jailson Lima da Silva (PT), no próximo dia 27 de março, a partir das 19 horas, no auditório do Parque Universitário Norberto Frahm, em homenagem aos 100 anos da Comunidade Evangélica da cidade e aos 60 anos de fundação do Colégio Sinodal Ruy Barbosa. O Colégio oferece o maternal, ensino infantil, ensino fundamental e médio, nos períodos matutino e vespertino, além de oferecer cursos de música, dança, teatro, esportes, informática e línguas. Atualmente, a comunidade evangélica de Rio do Sul é composta por cerca de 900 famílias, que desenvolvem 22 atividades assistenciais e comunitárias entre as quais se destacam a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, a Juventude Evangélica e o Serviço Solidário (Sersol). (Mirela Maria Vieira, assessora do deputado Jailson Lima)

PROGRAMA "ÁGUA DA CHUVA"

Nesta semana, em plenário, o deputado estadual Flavio Ragagnin (PP) relatou alguns assuntos relacionados à região do Alto Uruguai Catarinense e que culminaram com a aprovação de um pedido de informações a ser remetido ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário da Agricultura, Antônio Ceron. O assunto em questão é o programa estadual de cisternas chamado de "Água da Chuva", lançado em 2006, e que até o presente momento não beneficiou nenhum agricultor das regionais de Concórdia e Seara. Nestas regiões foram apresentados cerca de 160 projetos. No dia 11 o parlamentar esteve em audiência com o Secretário Estadual da Agricultura, Antônio Ceron, onde tratou da questão de energia alternativa através de biodigestor. No encontro ele adiantou também o assunto sobre o encaminhamento do pedido de informações sobre o programa "Água da Chuva". (André Ricardo Callai, assessor do deputado Flavio Ragagnin)

REFORMA TRIBUTÁRIA

O deputado Renato Hinnig (PMDB) participou no dia 11, no Congresso Nacional, juntamente com os governadores de Santa Catarina e Espírito Santo, parlamentares e secretários de Fazenda de vários estados, da apresentação do texto de reforma tributária pelo ministro Guido Mantega. "É necessário fazer uma reforma gradual com maior amplitude. Quando o orçamento regionalizado foi apresentado pelo estado, sempre destaquei a necessidade de um pacto federativo", justifica Hinnig. Ainda em Brasília, o parlamentar acompanhou a assinatura de um contrato de prestação de serviços de consultoria para elaboração de um projeto de estudo do Plano Diretor para o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Uruguai, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre os governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Danilo Coutinho, assessor do deputado Renato Hinnig)

PRÉ-VESTIBULARES

O secretário da Educação, Paulo Bauer, em visita ao gabinete da deputada Odete de Jesus (PRB), informou à parlamentar que será implantado no estado o cursinho pré-vestibular gratuito. Inicialmente, será levado a nove cidades-pólo. Em Florianópolis a iniciativa já está funcionando junto ao Instituto Estadual de Educação (IEE) e algumas escolas da rede Estadual. Bauer fez um convite prévio à parlamentar, para que participe do projeto ministrando as aulas inaugurais. Odete é defensora ferrenha da gratuidade dos cursos pré-vestibulares, oferecendo ao aluno de pouca renda a mesma condição de formação e posterior concorrência com os vestibulandos que dispõem de preparação em cursos pagos. Deverão ter esses cursinhos os municípios de Criciúma, Joinville, Lages, Chapecó, São Miguel do Oeste, entre outros. (Assessoria de Gabinete da deputada Odete de Jesus)

COMUNIDADE



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Além do trabalho com bebês, CETE mantém outros projetos com crianças e adolescentes em situação de risco

Doações garantem vida digna a crianças

Entidade que desenvolve diversos projetos sociais e abriga bebês sob a guarda do Estado em São José conta com a ajuda de voluntários

Denise Arruda Bortolon

Enquanto aguardam a adoção ou o retorno ao lar, crianças de zero a seis anos de São José dependem da ajuda de voluntários para ter uma vida digna. Através de campanhas sociais, doações e serviços voluntários, o Centro de Educação e Treinamento Esperança (CETE), no bairro de Barreiros, garante assistência a crianças sob a guarda do Estado. Elas chegam ao abrigo por deter-

minação judicial ou do Conselho Tutelar.

Através do projeto Casa Lar Para Bebês, a entidade recebe as crianças em risco social. A entidade abriga atualmente seis pequenos hóspedes, de zero a seis anos. O trabalho completou 12 anos e foi instituído pela Igreja Batista daquele bairro, mas não há vínculo institucional.

Os recursos chegam até o lar através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal

de São José, cobrindo apenas 40% das despesas. Os outros 60% necessários ao suporte dos moradores do lar chegam através de doações. Alimentos, brinquedos, roupas, material didático e de limpeza sempre são bem-vindos.

O CETE emprega 27 funcionários e oferece 98 refeições diárias. Além da Casa Lar Para Bebês, mantém mais quatro projetos de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco.



Ajuda de terceiros garante sucesso do trabalho do Centro de Educação e Treinamento Esperança

Infra-estrutura adequada para pequenos hóspedes

O espaço destinado às crianças é bem planejado. O abrigo possui uma cozinha onde todas as refeições são preparadas, refeitório, salas de aula, parquinho e o berçário para os bebês, além de dois quartos, um para as meninas e outro para os meninos. Três funcionárias ficam encarregadas pela cozinha e uma professora oferece reforço pedagógico e outras atividades didáticas, sem esquecer-se dos momentos de lazer. Ao entrar na idade escolar, as crianças passam a frequentar as aulas em escolas externas.

Já o tratamento destinado aos bebês inclui banhos de sol todas as manhãs. "Procuramos trocar os ambientes para que eles não fiquem irritados", explicou Marli, que junto com as demais voluntárias dedicam tempo, carinho e muito amor aos quatro bebês que estão no lar. "É difícil não se apegar", desabafou.

Durante a noite o número de pessoas que presta serviços diminui e passa a ser feito por duplas, oitos funcionárias se revezam para atender as demandas dos morado-

res. "Somos três funcionárias voluntárias efetivas. Trabalhamos aqui há mais de cinco anos. O voluntariado é rotativo, poucas pessoas abraçam o trabalho e ficam por bastante tempo", relatou.

Nestes 12 anos de trabalho, 193 crianças passaram pelo lar. Só no ano passado 10 foram adotadas e cinco delas retornaram para a família. "A adoção é processo complicado. Os bebês de zero a três anos têm maior procura, já que a maioria das pessoas que está na fila de espera deseja levar para casa um bebê. Acima dos seis anos fica bem complicado", ressaltou.

Marli contou que roupas e acessórios para adultos também são úteis para o lar, já que realizam bazares para a venda a preços populares. Vó Tereza é a voluntária encarregada pelos concertos das roupas.

A Casa Lar Para Bebês aguarda a sua colaboração. Mais informações pelo telefone 3246 -2777 ou 3246 -3937 ou pelo site www.ceteesperanca.com.br.

Raio-x dos serviços

Casa Lar Para Bebês

- Atende crianças de zero a seis anos;
- O atendimento é de 24 horas, todos os dias;
- 193 crianças já foram atendidas e mais de 150 foram adotadas ou reintegradas ao convívio familiar.

Creche de Tempo Integral

- atende crianças pobres de três a cinco anos;
- o atendimento é feito em tempo integral gratuitamente;
- 270 refeições diárias são distribuídas.

Projeto Comida e Vida

- atende meninos, meninas e seus familiares;
- o atendimento é feito semanalmente;
- oferecem reforço escolar, noções de higiene e limpeza, evangelização e alimenta-

ção. Periodicamente é feita distribuição de roupas e calçados.

Pizzaria Escola

- funciona de terça-feira a domingo, das 19 às 24h, na sede da entidade, servindo pizzas e lanches aos clientes e colaboradores, a preços comerciais;
- o lucro de tudo o que é vendido vai para o sustento da Casa Lar Para Bebês;
- vários adolescentes e jovens fazem curso de pizzaíolo, garçom ou chapeiro de lanches.

Cursos Vocacionais

- convênios com Sebrae, SINE e SESC;
- oferecem cursos vocacionais para a comunidade auxiliando seu desenvolvimento empresarial, social e familiar.

Fraldas e leite

Como se trata de um lar que atende especialmente bebês, a coordenadora do centro, Marli Teresinha Osaida, destaca a importância de receber entre os donativos o leite Nan, receitado pelos médicos para garantir o pleno desenvolvimento dos bebês. Ela pede também fraldas de todos os tamanhos.